



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

44 coisas, as áreas de preservação previstas no PPCUB e as unidades de preservação existentes dentro da
45 área destinada ao Setor Noroeste. O senhor Graco explicou ainda que a aprovação da 2ª etapa fora
46 objeto de diversas reuniões entre a SEDHAB e a TERRACAP, bem como se tentara manter, ao máximo,
47 as características do patrimônio de Brasília, como, por exemplo, o parâmetro do número de
48 pavimentos. Finda a apresentação, o presidente passou a palavra ao senhor Albatênio Granja, gerente
49 da Gerência de Projetos do Noroeste da TERRACAP, que apresentou as diretrizes definidas para o
50 Setor, os projetos de sustentabilidade a serem implantados e o andamento das obras. Finda a
51 apresentação, o presidente abriu a palavra para os conselheiros esporem suas dúvidas. O conselheiro
52 Benny Schvarsberg, explanando acerca de alternativas para inibir a elitização, propôs ao relator que
53 recomendasse, em seu voto, a reserva de uma parcela do quantitativo dos lotes do Noroeste para a
54 criação de um setor de acesso social. O conselheiro Adalberto Cleber Valadão justificou sua ausência
55 durante as apresentações em face de uma entrevista que fora solicitado a conceder naquele momento,
56 relativa ao embargo feito pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) e dirigido à TERRACAP com relação ao
57 Setor Noroeste, ressaltando sua preocupação com a possibilidade de que o Instituto transferisse o
58 embargo às construtoras. A conselheira Vânia Aparecida Coelho sugeriu que fosse mais bem observada
59 a questão da habitação de interesse social. O conselheiro Nazareno Stanislau solicitou à equipe técnica
60 que fosse feita uma apresentação, na próxima terça-feira, sobre o planejamento do sistema viário para
61 o Setor dentro das determinações da nova lei de mobilidade, Lei 12.587/2012, em vigor a partir do
62 último dia 12 de abril. O conselheiro Antônio José Ferreira ressaltou o interesse político no projeto do
63 Noroeste, bem como a necessidade de se ter um compromisso com a sociedade sobre o tipo de cidade
64 que estava sendo construída com aquele modelo de intervenção urbana. O conselheiro José de Fátima
65 perguntou como ficara definido o dimensionamento das redes viárias daquele Setor e também se
66 ficara definido que as áreas de cobertura seriam destinadas à captação de água e energia. A
67 conselheira Junia Maria Bittencourt questionou qual seria a destinação do lixo coletado e ponderou
68 também sobre o problema das ocupações irregulares, o alto custo de edificação no Distrito Federal, a
69 questão do acesso viário para os habitantes do Noroeste e a falta de projetos de moradia para a classe
70 média. O conselheiro Luís Antônio Almeida Reis explicou que a TERRACAP apresentara todos os seus
71 argumentos ao ICMBio acerca da notificação daquela instituição e também informou que o projeto do
72 Setor Noroeste possuía previsão de prédios mistos em sua área comercial, o que visava minorar o
73 problema de segregação social. Ademais, o conselheiro informou que a TERRACAP vinha investindo a
74 maior parte de seus recursos nas áreas de interesse social e, sobre a captação de água da chuva e a
75 implantação de energia solar, explicou que as construções só receberiam a carta de Habite-se se tais
76 medidas fossem adotadas. O conselheiro confirmou que a TERRACAP, juntamente com a SEDHAB,
77 debruçar-se-iam sobre a nova lei a fim de fazer a apresentação da paridade da legislação com o projeto
78 do Setor e disse também que há uma impossibilidade física em se solucionar os problemas de
79 mobilidade visando ao veículo individual, devendo o problema ser resolvido com transporte público.
80 Ainda informou que será implantado um aterro sanitário, bem como está em andamento o processo de
81 concessão para implantação de áreas de transbordo, já doadas ao GDF pela TERRACAP. Por fim, o
82 conselheiro salientou que a SEDHAB tem trabalhado constantemente a fim de solucionar a falta de
83 oferta de moradia. O conselheiro Paulo Henrique Paranhos salientou que a questão social era parte da
84 ideia de sustentabilidade, que não estava existindo debate de conteúdo sobre o desenho das cidades e
85 falou sobre o problema da cidade engessada, o qual estava sendo endossado pela forma como se
86 estava concebendo o Setor Noroeste, ressaltando que o projeto de Brasília estava sendo visto de forma
87 superficial e fora da perspectiva atual. Finalizando as participações dos conselheiros, o presidente



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

88 pontuou que não existia dicotomia entre o que foi pensado e o que estava sendo realizado, fosse pela
89 SEDHAB, fosse por outros órgãos de governo e, em especial, quanto à aprovação da 2ª etapa do
90 Noroeste. O presidente salientou, ainda, que a meta de governo de entregar cem mil unidades
91 habitacionais de interesse social estava sendo trabalhada cotidianamente na Secretaria e que, como
92 essa meta alcançaria as famílias com renda de até doze salários mínimos, tais unidades habitacionais
93 englobariam também a classe média. O conselheiro Gustavo Ponce agradeceu por todas as
94 contribuições e disse que tudo o que fora colocado seria muito importante para a composição de seu
95 voto. O conselheiro ainda falou sobre o papel dos conselhos em geral, que se ocupavam sobremaneira
96 com discussões técnicas e pontuais de aprovação e, muitas vezes, deixavam de discutir o planejamento
97 urbano da cidade, sendo uma realização importante o debate que fora ali realizado. Por fim, o
98 conselheiro informou que a Secretaria de Governo estava organizando uma discussão acerca do papel
99 dos conselheiros nos conselhos do Estado, bem como da participação da sociedade. Encerrada a
100 discussão do item 2.1, o presidente Rafael passou ao item 3 – Assuntos gerais, momento no qual deu os
101 seguintes informes: a audiência pública da Lei de Uso e Ocupação do Solo da poligonal tombada
102 ocorreria no próximo dia 9, às nove horas, no auditório da Câmara Legislativa, estando a minuta do
103 projeto da referida lei disponível no *site* da Secretaria; a audiência pública acerca da Lei de Uso e
104 Ocupação do Solo para as cidades fora da poligonal tombada estava prevista para o dia 1º de setembro
105 daquele ano, estando o cronograma das atividades disponível no *site* da SEDHAB; nos dias 6, 7 e 8 de
106 junho seria realizado, como parte dos projetos para o Ano da Valorização de Brasília como Patrimônio
107 Cultural da Humanidade, um seminário internacional sobre a preservação e desenvolvimento de sítios
108 históricos urbanos e as inscrições para participação deveriam ser feitas pelo *site*
109 brasilpatrimoniadahumanidade.df.gov.br; no período de 25 de junho a 5 de julho aconteceria, em
110 São Petersburgo, a reunião do Comitê do Patrimônio Mundial para avaliar o relatório sobre a missão
111 da UNESCO realizada em Brasília, à qual a Secretaria estaria presente. O conselheiro David José de
112 Matos informou que ocorreria, no próximo dia 5, às nove horas, na Administração da Ceilândia,
113 audiência pública para o projeto de drenagem e pavimentação do Condomínio Sol Nascente. O
114 conselheiro Paulo Henrique Paranhos elogiou a Secretaria pela realização de ações como o seminário
115 internacional e solicitou que fossem avaliadas as datas de realização de audiências a fim de evitar que
116 elas ocorressem no período entre feriados e finais de semana e, assim, facilitassem a participação
117 pública. O presidente informou que na segunda-feira seguinte seria lançado o *site* de informações
118 sobre o concurso nacional de projetos arquitetônicos, realizado numa parceria entre o Instituto de
119 Arquitetos do Brasil e a SEDHAB, que contemplaria os parques urbanos de Sobradinho, Gama,
120 Paranoá, Planaltina e a reforma do edifício-sede da Secretaria. O conselheiro Elson solicitou
121 informações sobre o grupo de trabalho de regularização de condomínios, ao que a conselheira Junia
122 informou que os projetos de regularização não estavam sendo encaminhados ao grupo. Na
123 oportunidade, a conselheira informou que seria realizada, naquele dia, às dezenove horas, audiência
124 pública na Câmara Legislativa acerca da lei sobre loteamento fechado, que abarcava os
125 questionamentos sobre a manutenção de muros e guaritas em condomínios. Por fim, o conselheiro
126 Rafael informou que seria feita uma reformulação do Conselho a fim de envolver os representantes
127 necessários às discussões do CONPLAN, a exemplo da Casa Civil e da Secretaria de Condomínios. Não
128 havendo outros assuntos, o presidente encerrou a reunião.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano

MOISÉS JOSÉ MARQUES

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

FERNANDA RAYOL DO NASCIMENTO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

Secretaria de Estado de Cultura

DAVID JOSÉ DE MATOS

Secretaria de Estado de Obras

GUSTAVO PONCE DE LEON S. LAGO

Secretaria de Estado de Fazenda

BENNY SCHVARBERG

Universidade de Brasília

DALMO REBELLO SILVEIRA

Secretaria de Estado de Transportes

PAULO HENRIQUE PARANHOS

Instituto de Arquitetos do Brasil

JOSÉ DE FÁTIMA DA SILVA

CREA/DF

LÊDA VIRGINIA GRANJA

CODEPLAN

LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS

TERRACAP

LÚCIA HELENA DE CARVALHO

Representante da Sociedade Civil

ADALTO ELIAS SERRA

Representante da Sociedade Civil

VÂNIA APARECIDA COELHO

Representante da Sociedade Civil

ELSON RIBEIRO E PÓVOA

Representante da Sociedade Civil

ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA

Representante da Sociedade Civil



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

ADALBERTO CLEBER VALADÃO
Representante da Sociedade Civil

JUNIA MARIA BITTENCOURT
Representante da Sociedade Civil

GILMA RODRIGUES FERREIRA
Representante da Sociedade Civil

NAZARENO STANISLAU AFONSO
Representante da Sociedade Civil